

ANÁLISE DO CUSTO DO DINHEIRO NA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO UM ESTUDO DE CASO

Klinger de Oliveira Aleixo
Gabriela Andrade Fernandes

Resumo:

O presente artigo tem o escopo de demonstrar resultados auferidos numa pesquisa em custos aplicada numa Cooperativa de Crédito. Inicialmente, para facilitar a localização do tema cooperativismo são abordados princípios e conceitos de relevância atual. Posteriormente é analisado o comportamento das taxas financeiras inerente a captação e disponibilização de numerários ao cooperado, bem como a influencia da concorrência no mercado financeiro. Para realizar esta pesquisa foram colhidas informações em diversos documentos compreendidos ao exercício de 2003, que possibilitaram equacionar o custo financeiro na razão percentual, onde se verificou a inviabilidade em adquirir empréstimo via Central Cooperativa, tendo em vista a elevada taxa de juros praticada por esta Central, comparando-se às taxas repassadas aos associados através de empréstimos. A pressão da concorrência através dos juros praticados faz com que os ganhos por operação sejam achatados, ou seja, o spread é reduzido; há necessidade de se implementar medias gerencias a fim de se elevar a receita operacional e diminuir a dependência de dinheiro externo.

Palavras-chave:

Área temática: *Gestão de Custos nas Empresas do Terceiro Setor*

ANÁLISE DO CUSTO DO DINHEIRO NA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO – UM ESTUDO DE CASO

RESUMO

Klinger de Oliveira Aleixo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

klinger@uesb.br

Gabriela Andrade Fernandes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

O presente artigo tem o escopo de demonstrar resultados auferidos numa pesquisa em custos aplicada numa Cooperativa de Crédito. Inicialmente, para facilitar a localização do tema – cooperativismo – são abordados princípios e conceitos de relevância atual. Posteriormente é analisado o comportamento das taxas financeiras inerente a captação e disponibilização de numerários ao cooperado, bem como a influencia da concorrência no mercado financeiro. Para realizar esta pesquisa foram colhidas informações em diversos documentos compreendidos ao exercício de 2003, que possibilitaram equacionar o custo financeiro na razão percentual, onde se verificou a inviabilidade em adquirir empréstimo via Central Cooperativa, tendo em vista a elevada taxa de juros praticada por esta Central, comparando-se às taxas repassadas aos associados através de empréstimos. A pressão da concorrência através dos juros praticados faz com que os ganhos por operação sejam achatados, ou seja, o *spread* é reduzido; há necessidade de se implementar medias gerencias a fim de se elevar a receita operacional e diminuir a dependência de dinheiro externo.

ÁREA TEMÁTICA: Gestão de Custos nas Empresas do Terceiro Setor

ANÁLISE DO CUSTO DO DINHEIRO NA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO – UM ESTUDO DE CASO

INTRODUÇÃO

O cooperativismo de crédito foi introduzido no Brasil através do trabalho do padre jesuíta Teodoro Amstadt. Inicialmente foi absorvido pelos colonos alemães residentes no Rio Grande do Sul no ano de 1902, sendo então formada a primeira cooperativa de crédito inspirada no modelo *Raiffeisen*. No entanto no Brasil esse modelo cooperativo absorveu características especiais a fim de adaptar ao sistema de negócios brasileiro, assim, adotaram regime de responsabilidade limitada e enfatizaram a integralização de capital por seus associados, costume esse não observado nesse modelo em outros países onde fora adotado.

As cooperativas de crédito no Brasil seguem três modelos: Crédito Rural, Crédito Luzzatti e Crédito Mútuo. No entanto o foco deste trabalho situa-se no modelo de Crédito Mútuo. São cooperativas cujo “quadro social é formado por trabalhadores, sejam de empresas privadas ou entidades públicas, ou ainda, de determinada profissão ou atividade”, conforme Resolução do Banco Central do Brasil n.º 2771, de 30/09/2000.

Este estudo foi realizado na Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – SICOOB-CREDIUESB, localizada na cidade de Vitória da Conquista – Bahia, dentro do campus universitário da UESB, sua base associativa é composta por professores e servidores desta universidade. É uma cooperativa jovem, tendo iniciadas suas atividades no ano de 2001, seu quadro funcional é composto de 03 (três) funcionários sendo 02 (dois) caixas e 01 (um) assistente contábil, ao término do exercício social do ano de 2003 tinha aproximadamente 300 associados.

1. O QUE É COOPERATIVISMO?

Cooperativismo vem do verbo cooperar, originado do latim *cooperatio*, ou seja, ação de ajuda mútua. A proposta cooperativa é a união de força, pois, indivíduos unidos têm maior poder de produção, distribuição e comercialização de seus produtos e serviços.

“Cooperação é um processo social no qual as pessoas se entrelaçam para alcançar o mesmo objetivo; quando a entrelaçada é conscientemente organizada, segundo estatutos preestabelecidos, temos as cooperativas” (PINHO, 2004, p.117).

Conforme a lei nº 5.764/71 “Cooperativa são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

O cooperativismo nos últimos anos vem ganhando destaque no cenário nacional. Baseado em experiências externas estima-se, através do cooperativismo, maior quantidade e qualidade na produção de produtos agrícolas e melhoramento dos serviços prestados por essas entidades. Com isso pequenos produtores terão a oportunidade de atingirem inclusive o mercado externo, que vê com bons olhos o movimento cooperativista.

1.1. EMPRESA COOPERATIVA E EMPRESA NÃO COOPERATIVA

EMPRESA COOPERATIVA	EMPRESA NÃO COOPERATIVA
Uma sociedade de pessoas	É uma sociedade de capital
Objetivo principal é a prestação de serviços	Objetivo principal: lucro
Número ilimitado de associados	Número limitado de acionistas
Controle democrático – um homem, um voto	Cada ação um voto
Assembléia: quorum baseado no número de associados presentes	Assembléia: quorum baseado no capital
Inacessibilidade das cotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade	Transferência das ações a terceiros
Retorno proporcional ao valor das operações	Dividendo proporcional ao valor das ações

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**. p. 180, São Paulo. Saraiva: 2004;

2. PRINCÍPIOS COOPERATIVOS

Segundo a *International Cooperative Alliance (ACI)*, em sua última reunião em 1995, redefiniu e divulgou os seguintes princípios básicos do cooperativismo:

1. Princípio da adesão voluntária e livre:

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero.

2. Princípio da participação econômica dos sócios:

Os sócios contribuem de forma eqüitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas

transações com as cooperativas e apoio a outra atividade que forem aprovadas pelos sócios.

3. Princípio de autonomia e independência:

As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Entretanto em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e a manter sua autonomia.

4. Princípio da educação treinamento e informação:

As cooperativas proporcionam educação e treinamento aos sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para difundir o ideal cooperativista, propagando ao público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

5. Princípio da cooperação entre cooperativas:

As cooperativas atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais e internacionais.

6. Princípio da preocupação com a comunidade:

As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de sua comunidade, através de políticas aprovadas por seus membros.

7. Princípio um homem, um voto:

Na cooperativa, cada cooperado tem um voto, independentemente do número de quota-partes, e direito a votar e ser votado.

8. Princípio do retorno das sobras:

A cooperativa não visa a lucros, o que seria remuneração do capital. Se houver sobras no fechamento do balanço anual, essas sobras se destinam aos fundos previstos no Estatuto da cooperativa, ficando o restante à disposição da Assembléia Geral, que decide livremente sobre sua destinação. Se os cooperados decidirem pela distribuição dessas sobras, serão distribuídas proporcionalmente à participação de cada cooperado.

3. PRINCIPAIS TIPOS DE COOPERATIVAS

As cooperativas são ramificadas principalmente em:

- **Agropecuário:** formados por produtores rurais que procuram aperfeiçoar o processo de produção, bem como obter preços melhores para seus produtos, eliminando o atravessador e vendendo diretamente ao consumidor;
- **Crédito:** realizam empréstimos aos associados, a juros competitivos aos praticados pelo mercado financeiro;
- **Educacional:** propõem a formação de escolas e centros de treinamento, tendo como associados pais, alunos e professores que se reúnem para conquistar melhores e mais acessíveis condições de ensino;
- **Trabalho:** agrupam diversos tipos de profissionais que prestam serviços a terceiros;
- **Produção:** organizam a produção dos bens de forma que os cooperantes participem de todo o processo administrativo, técnico e funcional da empresa;
- **Saúde:** prestam atendimento à população, a preços mais acessíveis que os oferecidos pela iniciativa privada, podendo também se formada por usuários desses serviços;
- **Consumo:** permitem melhores condições na compra de alimentos, roupas, medicamentos e outros artigos;
- **Habitacional:** estruturada para viabilizar a compra ou construção da casa própria, ou ainda para manter e administrar conjuntos habitacionais;
- **Mineral:** agrupam os trabalhadores para a extração, manufatura e comercialização de minérios, permitindo-lhes uma alternativa de trabalho autônomo;
- **Especial:** essa classificação identifica as cooperativas formadas por membros de idade, portadores de deficiência ou outros grupos que necessitem de tutela. Visam o desenvolvimento e maior integração social de seus associados;
- **Serviço:** visam a prestação de serviços de interesse específico de seus associados.
- **Entre outras.**

4. REPRESENTAÇÃO COOPERATIVA INTERNACIONAL

O órgão representativo do cooperativismo mundial é a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, localiza-se atualmente em Genebra – Suíça, seu objetivo principal é a manutenção dos princípios cooperativistas. Segundo Pinho, (2004, p.70) “a ACI, por meio de *Grupos Especializados*, orienta diferentes categorias de cooperativas, sempre de acordo com os próprios interesses das cooperativas e da região em que se inserem”.

No caso do cooperativismo de crédito seu órgão representativo no mundo é o Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito – WOCCU, “é uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é *ajudar as entidades membros na organização, expansão, aprimoramento e integração dos respectivos sistemas para que atuem como instrumentos eficazes de desenvolvimento econômico e social da população*” [Grifo do autor] (GUIMARÃES, 2001, p. 07).

5. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

5.1. Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito não são agências bancárias, são instituições financeiras independentes e autônomas, autorizadas a funcionar e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Como instituição financeira as cooperativas de crédito estão habilitadas a receberem depósitos à vista e a prazo, efetuarem empréstimos e prestar serviços de natureza bancária aos seus associados.

Aos associados é oferecida uma abundante oferta de produtos e serviços, tais como: financiamento de bens duráveis; orientação para compras a prazo e investimentos; conta corrente; cheque especial com limite de crédito; recebimento de contas; aplicações financeiras; recebimento de proventos; seguro de vida solidário; saneamento financeiro; cartões de crédito e débito; *internet bank*, entre outros.

No entanto, a compensação de cheques e outros papéis será efetuada através de convênio com um banco comercial que fará a representação das cooperativas na câmara de compensação, no caso do SICOOB-CREDIUESB seu representante é o BANCOOB S/A.– Banco Cooperativo do Brasil S/A.

5.2. Bancoob S/A.

“Instituição financeira de direito privado, com sede em Brasília – DF, onde localiza sua única agência. Foi constituído de acordo com a Resolução 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional e autorizado a funcionar pelo Banco Central em 21 de julho de 1997. Iniciou suas atividades em 1º de setembro de 1997” (PINHO, 2004, p.88).

Tal iniciativa teve o propósito de atender a legislação em vigor, que considera o acesso ao serviço de compensação de cheques e outros papéis prerrogativa dos bancos, como as cooperativas de crédito não são bancos, criou-se então um banco comercial que pudesse representá-las na câmara de compensação e pudesse trocar seus documentos.

5.3. Banco Central do Brasil

É o órgão que normatiza o sistema cooperativo de crédito brasileiro por meio de Resoluções por este emanada. Tem a obrigação de acompanhar a capacidade financeira dessas instituições e quando necessário suspender a autorização de

funcionar no mercado financeiro. Caracterizada como falta de liquidez, ou seja, sem capacidade de assumir os débitos por essa cooperativa assumido.

6. DIFICULDADES DO SISTEMA NO BRASIL

Um dos maiores desafios a ser vencido é a “falta de profissionalismo na administração do setor cooperativista como uma das carências que mais emperram um melhor desenvolvimento” (ZYLBERSZTAJN, 1996, p.9).

O ideal, sem dúvida, é muito importante; porém, é insuficiente na difícil conciliação entre *cooperativa*, entendida como uma *associação de pessoas sem fins lucrativos*, mas também uma *sociedade* que precisa funcionar como uma empresa para presta serviços aos seus associados e competir no mercado [Grifo do autor] (PINHO, p.117-118, 2004).

Quando uma cooperativa encerra suas atividades por falta de liquidez compromete todas as outras cooperativas, pois estará prejudicando a confiança, elemento essencial na relação cooperativista. Assim fica evidente que não há espaço para amadorismo em sua gestão. O gestor que ainda não atua de modo profissional, recorrendo a métodos gerenciais eficazes, pode incorrer em ação negativa a todo o sistema.

Um bom pecuarista leiteiro pode ser um péssimo dirigente dentro de sua cooperativa. Costumo dizer para diretores de cooperativas que eles devem ter os melhores gerentes que possam pagar, pois, se assim não for, o melhor é reavaliar tudo que está sendo feito para não ter aborrecimentos. Eles precisam entender que a opção de crescer significa dispor de gente qualificada para administrar o crescimento. Quanto à adaptação de um profissional ao meio cooperativista, trata-se de uma questão que se resolve a partir de treinamento que transmita a natureza do negócio que se gerencia (ZYLBERSZTAJN, 1996, p.12).

Outro desafio vivenciado pelas cooperativas de crédito é a ausência dos associados, que participam de maneira esporádica e, quando o fazem, exigem da empresa vantagens e benefícios, que em muitos casos, não lhe é possível cumprir.

Apesar disso, a empresa cooperativa, como qualquer outra, tenta se manter atuante no mercado. As atuais limitações, sejam elas de ordem gerencial, econômica ou pela falta de participação dos associados, muitas vezes conduzem as cooperativas ao endividamento, pois as taxas de juros praticadas no mercado financeiro são altas tornando o negócio uma atividade de alto risco.

7. O EFEITO CAPITALISTA SOBRE AS COOPERATIVAS

O estrangulamento da economia mundial impõe crise em diversas atividades produtivas e de serviço, afetando principalmente países que se estão em processo

de desenvolvimento. Um dos maiores e mais visíveis perigos da globalização é a *volatilidade de capitais*, que ao primeiro sinal de “turbulência” político-financeira o mundo inteiro estremece, inclusive o Brasil (PINHO, 2004, p.202).

A proposta cooperativista é centrada na união de pessoas, visa enfrentar as diversidades econômicas, de forma participante, conduz grupos de indivíduos movidos nessa corrente a obterem maior sucesso em suas operações econômicas do que se estivessem isolados. “Com a economia globalizada, somada ao liberalismo comercial, o cooperativismo tornou-se especialmente importante no combate aos problemas de exclusão e de concentração” (PINHO, 2004, p. 280). Nesse sentido, tem-se as palavras de Pinho:

na atual *Era da Informação*, o espaço para improvisações é cada vês mais limitado [...]; está ganhando força, no meio cooperativo, a convicção de que é necessário enfatizar a gestão técnica e separar-se o “profissionalismo cooperativo” do “amadorismo cooperativo”. A governança cooperativa é tarefa para profissionais competentes, sobretudo diante da acirrada competição da economia assimetricamente globalizada [Grifo do autor] (PINHO, 2004, p. 118).

No entanto o cooperativismo de crédito tem agravantes que não são percebidos por outras modalidades de cooperativismo, por ter como mercadoria o dinheiro, objeto que em si não é o fim, mas meio, o associado que ali depositou sua confiança, sente-se no direito e considera que é dever da cooperativa atender suas necessidades creditícias. Mas, como a fonte de recurso (dinheiro) é escasso, não é possível atender toda a demanda, causando em muitos associados o sentimento de frustração e descrença no referido sistema.

O mercado financeiro é altamente profissional e competitivo. São muitas as instituições que se propõe a emprestar dinheiro e as taxas são as mais variáveis, dependendo principalmente do nível de risco e garantias oferecidas pelo pleiteante.

Outra característica observada, em relação ao cooperativismo de crédito, é o individualismo, ou seja, o associado ao se dirigir a sua cooperativa, o faz, motivado principalmente, em obter empréstimo na quantidade e prazo desejado. Todavia, como em qualquer negócio, nem sempre é possível atender a todas exigências, com isso este cooperado, se satisfeito só retornará quando houver nova razão de interesse pessoal, se não, buscará outras alternativas que julgue melhor, prejudicando assim a imagem de sua cooperativa.

Corroborando com esse pensamento, Pinho (2004, p.303), “se o meio em que vive o cooperado o condicionou apenas a reagir aos imperativos de eficácia, de rentabilidade e de responsabilidade, de acordo com a racionalidade do homem capitalista, por exemplo, não se pode esperar que ele atue segundo a ética cooperativa”.

8.AVALIAÇÃO POSITIVA DE UMA COOPERATIVA

Segundo Pinho (2004, p. 215-216), para se verificar se uma empresa cooperativa é “moderna”, ou seja, esta preparada para enfrentar a competição na

economia mundializada, utilizam-se indicadores de avaliação de comportamento social, econômico, político, tecnológico, administrativo e cultural das empresas:

- a) **A dimensão social** – é medida por indicadores da interação social, da participação dos associados nos processos organizacionais da cooperativa, da democrática transmissão e informações e da diminuição das distâncias e barreiras sociais inspirados nos valores de identidade cooperativista;
- b) **A dimensão administrativa** – é medida pela clara definição de missão, objetivos, estratégias e metas, pela estrutura organizacional que favorece a participação dos associados nas decisões da cooperativa, pelas políticas e práticas que estimulam a criatividade, o desempenho dos cooperados a conscientização de que assumem vantagens e riscos da cooperativa;
- c) **A dimensão política** – é medida pelo processo decisório descentralizado e democrático “um homem, um voto”, pela consciência de exercício da cidadania;
- d) **A dimensão tecnológica** – é medida pela utilização de tecnologias estimuladoras da eficácia e da harmonia entre tecnologia e criatividade humana, entre tecnologia e ética, sempre com o entendimento de que tecnologia é o meio a serviço da humanidade e que esta é o fim;
- e) **A dimensão cultural** – é medida pela diversificação das práticas, comportamentos e atitudes que valorizam iniciativa, responsabilidade, mudanças, inovação, aprendizagem, interação democrática, liberdade e valores cooperativos;
- f) **A dimensão ética e doutrinária** – é medida pelos indicadores de democracia, equidade, igualdade, auto-responsabilidade e solidariedade que constam das linhas mestras dos Princípios Cooperativos, renomeados pela ACI, Aliança Cooperativa Internacional, em 1995.

9. O CASO CREDIUESB

9.1. Conhecendo o Objeto da Pesquisa

Conforme Resolução BACEN Nº 2771, DE 30/08/2000, que regulamenta a formação das cooperativas de crédito, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (SICOOB-CREDIUESB) é uma cooperativa cujo quadro associativo é formado por trabalhadores funcionários de uma autarquia pública estadual (Universidade), atendendo orientações de citada Resolução.

Como em qualquer outra cooperativa de crédito seus associados movimentam conta corrente, executam pagamentos através de sua cooperativa e principalmente obtêm empréstimos. Mas para que possam executar esta última operação é necessário que haja recursos disponíveis. A fonte de recurso de uma cooperativa destinado a realização de empréstimos para seus associados é proveniente principalmente de seu capital integralizado, depósitos a vista e a prazo;

e quando estes são insuficientes para atender a demanda por contratos de mútuo, aquela recorre a sua Central Cooperativa, neste caso, a Cooperativa Central de Crédito da Bahia – SICOOB-CENTRAL BAHIA, localizada na cidade de Salvador, sendo responsável na coordenação da área creditícia no âmbito cooperativo no estado da Bahia.

A cooperativa ao solicitar empréstimo a Central paga juros pelo recurso disponibilizado e repassa os custos a seus associados com expectativa de cobrir seus custos e obter sobras.

Mas se a cooperativa tiver lastro forte, ou seja, capital próprio suficiente para atender demanda de cooperados, não necessitará recorrer a empréstimos de terceiros, podendo exercer assim uma posição competitiva em relação mercado financeiro oferecendo ao seu associado vantagem real, ou seja, juros mais baixo que os praticado no mercado financeiro.

Contudo, nesta pesquisa utilizando o método observação participante foi identificado que a maioria dos associados, ou seja, funcionários públicos, encontram-se em situação financeira desfavorável e em sua maioria recorrem à cooperativa de crédito quando esgotada todas as alternativas, sejam em bancos oficiais, comerciais ou agências de crédito. Boa parte desses associados procuram crédito para pagamento de dívidas já contraídas e ficam postergando a resolução efetiva de seu problema, ou seja, trocando uma dívida pela outra.

9.2. Análise de Dados

Esta pesquisa tem como fonte de informação os balancetes compreendidos de janeiro a dezembro de 2003, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados de 2003, os Contratos de Abertura de Crédito (CAC) efetuados entre o SICOOB-CREDIUESB e o SICOOB-CENTRAL BAHIA, contratos de empréstimos realizados entre a cooperativa e seus associados em referido ano, entre outros documentos disponibilizados pela cooperativa, tais como notas promissórias, contratos de seguro sobre operações de empréstimo, autorizações para desconto em folha etc.

No ano de 2003 a cooperativa recebeu do SICOOB-CENTRAL BAHIA três empréstimos: o primeiro em 30 de janeiro, obtendo o valor de R\$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais); o segundo em 03 de abril conseguindo mais R\$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais); e o terceiro em 15 de setembro conquistando a quantia de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais). Estes contratos tiveram taxas de juros correspondente 33,137764%; 34,652959% e 30,2988% respectivamente.

9.3. Empréstimos obtidos no SICOOB-CENTRAL BAHIA

Data Empréstimo	Valor	Taxa ao ano	Parcelamento
30/01/03	R\$ 50.000,00	33,137764 %	4 meses
03/04/03	R\$ 50.000,00	34,652959 %	8 meses
15/09/03	R\$ 100.000,00	30,298800 %	4 meses

9.3.1.Taxa média ao ano (Empréstimo Central)

$$T_m = \left(\frac{T_{x1} + T_{x2} + T_{x3}}{N_e} \right) ; \quad \text{logo,}$$

$$T_m = \left(\frac{33,137764 + 34,652959 + 30,298800}{3} \right) = 32,696508 \% \text{ a.a.}$$

Onde:

T_m – Taxa média

T_{x1} – Taxa de juros correspondente ao primeiro empréstimo

T_{x2} – Taxa de juros correspondente ao segundo empréstimo

T_{x3} – Taxa de juros correspondente ao terceiro empréstimo

N_e – Número de empréstimos realizados no período

9.3.2.Taxa média mensal (Empréstimo Central)

$$T.(m) = \left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{t/q} - 1 \cdot 100; \quad \text{logo,}$$

$$T.(m) = \left(\frac{32,696508}{100} + 1 \right)^{1/12} - 1 \cdot 100 = \mathbf{2,385461 \% \text{ a.m.}}$$

Onde:

T.(m) – Taxa média mensal

i – Taxa

t – Corresponde forma do tempo em que a taxa é oferecida no problema (ano)

q – Corresponde forma de tempo em que o problema deverá ser resolvido (mês)

Portando, a taxa efetiva média entre os empréstimos obtidos pelo SICOOB-CREDIUESB via Sicoob-Central Bahia ocorridos no ano de 2003 é de **2,385461% ao mês**. Este valor corresponde juros pagos pela Cooperativa na obtenção de dinheiro para ser emprestado ao seu associado. Esta taxa corresponde soma das taxas praticadas pela Central nos empréstimos do exercício fazendo-se a média aritmética entre os três empréstimos captados calculando-se posteriormente a taxa efetiva mensal correspondente período. Este cálculo tem o propósito de encontrar o custo do dinheiro captado através dos empréstimos tomados no SICOOB-CENTRAL BAHIA.

9.4.Empréstimos concedidos aos associados do SICOOB-CREDIUESB

Ao associado é disponibilizado empréstimo pessoal vinculado a seu pagamento (contra-cheque), podendo este ser contratado em até dez prestações mensais e sucessivas; porém, a taxa de juros cobrada ao associado é de 2,6 % ao mês (a.m.) ou 3,5% ao mês (a.m.).

A taxa diferenciada esta relacionada ao risco do negócio, pois, quando as prestações estão dentro da margem de consignação (30% do saldo disponível da remuneração do associado), o risco é menor; teoricamente este cooperado tem maior possibilidade de pagar sua dívida sem maiores transtornos, ou seja, tem liquidez de pagamento; contudo, quando o valor das prestações do empréstimo ultrapassa o valor da margem de consignação, a taxa de juros cobrada será de

3,5 % a.m., em razão do maior risco sobre essa operação creditícia. Ao se fazer isso esta tentando preservar o negócio sendo em alguns casos exigido a presença de um fiador.

Constata-se então que a cooperativa ao pactuar empréstimo com o seu associado dentro da margem consignável (2,6% a.m.) estará tendo uma receita bruta sobre operação de **0,214539 % a.m.** Em contrapartida, quando essa operação é realizada fora dessa margem, ou seja, com taxa de juros de 3,5 % a.m. o ganho bruto sobre operação é de **1,114539 % a.m.** em relação ao dinheiro captado junto a Central Cooperativa, não sendo aplicável esses cálculos quando se tratar de capital próprio.

9.4.1. Demonstrando cálculo:

QUANDO EMPRÉSTIMO É CONCEDIDO AO ASSOCIADO À TAXA DE 2,6 % a.m.:

CD = (taxa aplicada ao associado – taxa empréstimo obtido na Central)

CD = (2,6 – 2,385461) = **0,214539 % a.m.**

QUANDO EMPRÉSTIMO É CONCEDIDO AO ASSOCIADO À TAXA DE 3,5 % a.m.:

CD = (taxa aplicada ao associado – taxa empréstimo obtido na Central)

CD = (3,5 – 2,385461) = **1,114539 % a.m.**

9.4.2. Média entre as taxas sobre empréstimos concedidos pela cooperativa

$$CM = \left(\frac{0,214539 + 1,114539}{2} \right) = \mathbf{0,664539 \% a.m.}$$

Onde:

CD – CUSTO DO DINHEIRO

CM – CUSTO MÉDIO

Baseado nestes dados percebe-se que a gestão deverá ser a mais consciente possível, pois, a taxa auferida entre a captação via Central até sua disponibilização ao associado é uma taxa média bruta de **0,664539 % a.m.** de receita, ou seja, a receita percentual bruta para cooperativa sobre suas operações realizadas no exercício de 2003 através do dinheiro captado via sua Central Cooperativa. Receita bruta porquê existem valores que diluem esse ganho, tais como as despesas operacionais.

Um dos principais motivos para explicar essa baixa taxa de retorno sobre o dinheiro captado via Central Cooperativa situa-se principalmente na concorrência existente no mercado financeiro. O Governo Federal, através do Banco Nacional para o Desenvolvimento Social – BNDS, injetou na economia através dos bancos oficiais (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) e Bancos Populares (através do micro crédito) recursos financeiros destinado às classes sociais mais baixas com o propósito de fomentar a economia e minimizar o impacto do desemprego na atualidade.

Os banco comerciais ao perceberem este novo nicho de mercado (o povo) também entraram “nessa queda de braço” corroborando ainda mais para queda da rentabilidade sobre pequenos empréstimos. Em fim, o *spread* financeiro foi reduzido, ou seja, a rentabilidade sobre operações de crédito, tais como empréstimo pessoal, principal produto das cooperativas de crédito, foi reduzido a valores mínimos, e para suportar essa concorrência é necessário ter lastro forte (capital próprio) e grande volume de operações, passando a rentabilidade ser pelo giro e não pelo valor cobrado por operação creditícia.

Apesar disso a Central Cooperativa, por ter demanda elevada entre as singulares na busca do crédito (dinheiro) e não o possuir caixa suficiente para atender a esta demanda (reflexo da baixa integralização de capital), manteve seus juros de forma linear no exercício de 2003, afetando drasticamente a singular em seu resultado final.

Desse modo, o ganho sobre a intermediação financeira nas cooperativas foi achatado e estas devem encontrar seu novo ponto de equilíbrio para continuarem a sobreviver nessa nova realidade econômico-financeira brasileira.

9.5. Desafio SICOOB-CREDIUESB

O SICOOB-CREDIUESB, que têm em sua base constitutiva por funcionários públicos estaduais (professores e servidores da UESB), onde estes recebem seus salários através do Banco Bradesco S/A., que concorre diretamente com a Cooperativa e vice-versa. Este banco pratica no ano de 2003 taxa de 2,7% a.m. para empréstimo com consignação em folha para estes funcionários e da mesma forma quando a margem não é atingida pratica o percentual de 4% a.m. Entretanto, para um banco comercial, que possui capital próprio, alto índice de depósitos a vista e a prazo, uma carteira de empréstimo e poupança em nível nacional, tem lastro suficiente para ter taxas mais atraente, pois seu diferencial esta no volume de operações.

Já a cooperativa deverá ter o máximo de zelo em sua gestão, pois a pressão sobre a cooperativa é maior, pois este associado buscará a instituição que melhores condições lhe oferecer. Este fenômeno é explicado pela Teoria do Comportamento Cooperativo. Segundo Pinho (2004, p.302-305), esta teoria, afirma que o comportamento do cooperado é previsível e este tenta se ajustar ao meio. Como o meio em que vive é de escassez, característico do sistema socioeconômico em que ele vive, o cooperado é condicionado a reagir aos imperativos de eficácia, de rentabilidade e de responsabilidade, de acordo com a racionalidade do homem capitalista.

Dentro de uma cooperativa de crédito existem outras fontes de receita, tal como, recebimentos de contas, utilização do cheque especial pelo associado, prestação de serviços de natureza bancária, no entanto, a principal atividade de uma cooperativa de crédito é a intermediação financeira, e para que essa possa atingir patamares satisfatórios em termo de gestão é necessário ter o maior volume possível de capital próprio, ou seja, o capital integralizado.

Resta evidente nesta pesquisa que o ônus sobre empréstimo obtido via Central Cooperativa é praticamente inviável, se considerar tão somente a realização do objetivo principal desta cooperativa, qual seja, a oferta de valores a título de empréstimo com menores taxas de juros, visto que, como o custo na obtenção do empréstimo via Central é elevado, não há como racionalmente deixar de transferir este ônus ao associado. Caracterizando portando, que a cooperativa deve evitar o quanto possível dependência de capital externo.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo cenário mundial impõe a qualquer empresa, seja ela cooperativa ou não, o máximo de cuidado em sua gestão. A concorrência esta presente em qualquer atividade empresarial.

O estabelecimento de estratégias gerenciais é uma condição *sine qua non* para se manter no mercado. A cooperativa tem que ser pensada como uma empresa dinâmica e progressiva, e como tal, tem que ser eficiente na tomada e implantação de decisões.

Contudo medidas urgentes devem ser tomadas para possibilitar a cooperativa meios de superar seus desafios sociais e econômicos. Entre medidas cabíveis num espaço de tempo urgente, sugere-se: a) integralização permanente de capital pelos associados, mesmo sendo uma quantia ínfima como por exemplo R\$ 10,00 (dez reais), não impactaria o orçamento doméstico desse associado e ao mesmo tempo seria vital à cooperativa, simbolizando uma “vitamina” permanente que fortaleceria financeiramente a cooperativa; b) maior participação efetiva dos associados, inclusive pagando suas contas mensais (luz, telefone, água etc.) na instituição, elevando assim, sua receita operacional; c) realizar pesquisa de avaliação do nível de satisfação dos associados; d) promover campanha de *marketing*, no sentido de reforçar o sentimento de cooperação.

Como proposta a ser estudada, propõe-se modificação estatutária no sentido de ampliar seu quadro associativo estendendo seus serviços a outras pessoas como por exemplo a todos servidores estaduais de Vitória da Conquista.

Por fim, a atuação dos gestores deve ser a mais próxima possível de seus associados, e tentar permanentemente, baseado no princípio da educação continuada, demonstrar o que é realmente o cooperativismo e como todos podem ganhar com o cooperativismo sério e profissional.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. Atlas: 1999;

CRÚZIO, Helmon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 3 ed. Rio de Janeiro. FVG: 2002

HORGREN, Charles. **Contabilidade de custos um enfoque administrativo**. Vol. 2. Atlas: 1978;

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. São Paulo, 6º ed. Atlas: 1998;

MARTINS, Elizeu. **Contabilidade de custos**. 6º ed. Atlas: 1998;

LEONE, George S. Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 2º ed. Atlas: 2000;

LEONE, George S. Guerra. **Custos planejamento, implantação e controle**. 2º ed. São Paulo. Atlas: 1994;

LEONE, George Guerra. **Custos Um Enfoque Administrativo**. Vol. 1, 9º Edição, Ed. FGV, Rio de Janeiro: 2000;

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade de custos um enfoque direto e objetivo**. 6º ed. São Paulo. Frase: 2001;

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de instituições financeiras**. São Paulo. Atlas: 2000;

OLIVEIRA, Luíz Martins de; PEREZ JR., José Hernandez. **Contabilidade de custos para não contadores**. São Paulo. Atlas: 1998;

PINHO, Diva Benevides. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo. Saraiva: 1977;

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**. São Paulo. Saraiva: 2004;

RICIARDI, Luiz; LEMOS; Roberto Jenkins de. **Cooperativa a empresa do século XXI**. São Paulo: LTR: 2000;

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da Silva. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo. Atlas: 2003;

ZYLBERSZTAJN, Décio. **Organização de cooperativas: desafios e tendências**. Revista de Administração, v. 29, n. 3, p. 23-32, julho/setembro, São Paulo: 1994;

ZYLBERSZTAJN, Décio. **Não há mais espaço para amadorismo**. Revista Balde Branco – p. 9-12, outubro: 1996

<http://www.bc.gov.br/mPag.asp?perfil=1&cod=272&codP=365&idioma=P;>

Acesso: 14/08/2003;

[http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/cartilha_cooperativas_credito.pdf;](http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/cartilha_cooperativas_credito.pdf)

Acesso: 10/11/2003;